

# PALOP's reagem ao acordo financeiro

## Lisboa-Maputo

OS GOVERNOS da Guiné, de S. Tomé e de Angola instruíram os respectivos técnicos bancários no sentido de analisarem as implicações e vantagens do protocolo financeiro recentemente assinado entre Maputo e Lisboa.

O protocolo prevê que cerca de 25 por cento da dívida externa de Moçambique seja transformada em capital para participação em empresas moçambicanas, a uma taxa de

juro de zero por cento. A celeridade com que os governos africanos reagiram fica patente num despacho do Ministério das Finanças da Guiné, em que se afirma que se **"abriu um precedente"** e que é preciso, agora, **"sopesar as vantagens e riscos de uma tal solução para a resolução das questões da dívida externa"**.

No entanto, o protocolo assinado há uma semana em Lisboa, entre a Secretaria de

Estado do Tesouro e o Banco Central de Moçambique, não é inovador, uma vez que há o precedente do Fundo Sonefe, que tem constituído um elemento de descompressão no relacionamento financeiro e empresarial entre Portugal e Angola. Este esquema — conhecido por "swap equity" — vem sendo também utilizado com algum êxito para a resolução dos problemas da dívida externa dos países da

América Latina.

O protocolo de Lisboa — que irá ser implementado durante a visita de Cavaco Silva a Moçambique, provavelmente em Julho — deixa em aberto questões vitais para o próprio sucesso da operação.

### Financiamentos em meticais?

Não se vê, por exemplo, qual a vantagem que as empresas

portuguesas possam ter no acesso facilitado a financiamentos em meticais. Os actuais problemas financeiros da Hidroelétrica de Cahora Bassa, das Construções Técnicas, da Teixeira Duarte, da Tâmega ou das empresas do grupo Madal relacionam-se com falta de financiamentos em moeda forte.

O interesse só poderia surgir de novos investidores, provavelmente ligados ou ao projecto do "corredor" da Beira ou ao

projecto de desenvolvimento integrado da bacia do Zambeze — mas, mesmo nestes casos, só se a operação de compra da dívida por parte de potenciais investidores funcionasse como uma espécie de operação de câmbio nos mercados paralelos, ou seja, através de uma desvalorização dessa dívida.

A contrapartida moçambicana — que, naturalmente, não

veio a público — para esta operação de reescalonamento consistirá na reforma do sistema bancário moçambicano e no relançamento do Banco Standard Totta, a quem seria atribuída a faculdade de gerir as divisas por si originadas.

**António Pacheco**